

Sociedade Civil e a Participação Política: aplicação do Índice de Participação Política e Influência (IPPI)

Marcelo Burgos Pimentel dos Santos (UFPB)
marceloburgos@cchla.ufpb.br

Cláudio Luis Camargo Penteado (UFABC)
claudio.penteado@ufabc.edu.br

Rafael de Paula Aguiar Araújo (PUC-SP/FESPSP)
rafa77@uol.com.br

Participación, Representación y actores sociales

Trabajo preparado para su presentación en el VIII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP).

Pontificia Universidad Católica del Perú
Lima, 22 al 24 de julio de 2015.

Resumo

Por seu caráter interativo e colaborativo, a internet possibilita aos usuários uma maior participação na vida pública da sociedade. A participação política por meio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), a chamada eParticipação, permite ampliar e aprofundar a participação cidadã no processo político. As organizações da sociedade civil, além de exercerem pressão, têm atuado em parceria com os governos, tornando-se mais ativas e propositivas. A partir do paradigma de rede, essas organizações passaram a agir dentro dos marcos institucionais, apropriando-se das TICs para promover suas diversas atividades e ativismos. Dentro desse contexto, essa pesquisa apresenta uma análise comparativa de dois atores da sociedade civil, Instituto Pólis e Mobilize Brasil, que estão se apropriando das ferramentas digitais para promover suas ações. A análise procura dar ênfase à capacidade de influência dessas instituições sobre o processo decisório de políticas. Para a realização do estudo, foi aplicado o Índice de Participação Política e Influência (IPPI), que procura identificar o grau de influência exercido pelas organizações da sociedade civil sobre o ciclo de políticas públicas.

Palavras-chave: Internet e Políticas Públicas, eParticipação, Instituto Pólis, Mobilize, Índice de Participação Política e Influência.

Introdução

A sociedade em rede, tal como a definiu Manuel Castells (1999), tem se consolidado graças à popularização da internet e a aceleração do desenvolvimento tecnológico. Essa realidade vem produzindo novas dinâmicas nas relações sociais e novos processos políticos. A população mundial, conectada ao ciberespaço, passou a desenvolver algumas de suas atividades cotidianas com a mediação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). A velocidade e a facilidade de acesso à informação e a essas ferramentas permitiram aos interagentes o estabelecimento de novos hábitos no trabalho, no entretenimento, na sociabilidade e, também, nas atividades políticas.

O relatório da Pesquisa Brasileira de Mídia 2014¹, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), aponta que a internet já é o segundo meio de comunicação preferido pelos brasileiros com 13,1%, atingindo 25 % da preferência entre jovens de 16 a 25 anos, ficando atrás somente da televisão. Esse dado indica que está ocorrendo uma mudança fundamental no consumo de mídia, principalmente por existir uma tendência de aumento do acesso à internet como fonte de informação em substituição ao rádio, jornais e revistas. Os dados apontam que a maioria dos usuários (53%) tem o hábito de acessar a internet todos os dias da semana, com média de uso superior a três horas e trinta minutos por semana. Os resultados confirmam que as TICs não necessariamente substituem a mídia tradicional. Ocorre uma convergência midiática, pela qual muitos dos conteúdos produzidos em outras mídias são retransmitidos no ciberespaço; além disso, a internet, por sua velocidade de circulação da informação, passa a pautar a agenda dos outros meios de comunicação.

Os dados em si confirmam o crescimento da importância da internet como espaço de comunicação, não só no Brasil, mas em todo o mundo, formando uma nova esfera pública interconectada (Dahlgren, 2005), através da qual as pessoas, conectadas em rede, passam a participar ativamente do processo de produção, circulação e transmissão de informações.

Nos últimos anos, em diversas localidades do globo, ocorreram manifestações que foram organizadas e articuladas por meio dos canais de comunicação da internet, principalmente as redes sociais, que criaram condições para a rápida e livre divulgação de informações, possibilitando a

¹ Disponível em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-total-de-pesquisas/relatorio-final-pesquisa-brasileira-de-midia-2014.pdf>. Acesso em 27/08/2014.

mobilização dos manifestantes (Castells, 2013b). As TICs exerceram um papel central em protestos no Egito contra o ditador Mubarak (Wilson & Dunn, 2011), no movimento dos Indignados de Madri – 15M (Barba & Blanco, 2011; Subirats, 2011), nas ocupações realizadas nos EUA, o Occupy Wall Street (Penney & Dadas, 2014) e nas Jornadas de Junho no Brasil de 2013 (Parra, 2013), para citar apenas alguns exemplos.

Por seu caráter interativo e colaborativo, a internet possibilita a seus usuários uma maior participação na vida pública da sociedade. A participação política por meio das TICs, chamada eParticipação, permite ampliar e aprofundar a participação cidadã no processo político, permitindo aos cidadãos conectarem-se um com os outros e com seus representantes políticos (Tambourius *et al.*, 2007) para atuarem no processo de tomada de decisão (Macintosh, 2004) e ter um papel mais ativo na vida política de sua comunidade.

A emergência da participação mediada pelas Tecnologias de Informação e Comunicação tem despertado a atenção de diversos pesquisadores. Visando sistematizar e analisar os estudos sobre eParticipação, Medaglia (2012) classifica as pesquisas sobre o tema em 5 categorias: atores envolvidos (cidadãos, governos, instituições, organizações, etc), atividades de eParticipação (*eVolting*, *online decision-making*, *online political discourse*, *eActivism*, ePetição, etc), efeitos da eParticipação (deliberação, aprofundamento da democracia e engajamento cívico), fatores contextuais (tecnologias, atuação do governo, infraestrutura, políticas públicas, regulamentação jurídica, etc) e avaliação da eParticipação (transparência e abertura, quantidade, estilo, demográfica, etc). Essas categorias oferecem subsídios para o desenvolvimento de novos estudos, apontando os avanços e lacunas desse campo emergente.

Também é possível classificar o campo de estudos sobre eParticipação em iniciativas desenvolvidas pelos governos, principalmente locais, e formas de participação online criadas pela sociedade civil organizada, que, por meio de movimentos sociais e outras organizações sociais, se apropriam das ferramentas das TICs para promover novas formas de ação política. Apesar das maiorias dos estudos sobre eParticipação serem voltados para a análise de experiências desenvolvidas e gerenciadas pelo Estado, a internet por sua organização em rede permite que a sociedade civil, em seus diferentes grupos, possa criar mecanismos de divulgação de informação política, participação, mobilização, debate e engajamento online.

Os estudos sobre a eParticipação podem ser associados a um contexto de reforma do Estado, pelo qual ocorre um novo arranjo político voltado para a maior participação da sociedade civil (Bresser-Pereira, 1999). No caso brasileiro, a Constituição Federal de 1988 (CF88) também contribuiu para isso ao estimular mecanismos de participação dos cidadãos nas esferas públicas através de proposições, participação em conselhos e reuniões. Essas novas formas de participação cidadã são estimuladas e facilitadas pelas TICs diminuindo o custo de participação dentro de iniciativas promovidas pelos governos, permitindo que a sociedade civil possa ter um papel mais ativo (Araujo *et al.*, 2013). Ainda assim, a participação política encontra alguns entraves como os desenhos institucionais, a falta de informação, a apatia política e a desconexão entre representantes e representados (Maia, 2011).

Algumas formas de mobilização da sociedade civil acompanham as transformações da conjuntura política e as mudanças tecnológicas. As organizações da sociedade civil deixaram de ser somente formas de pressão e protesto contra o Estado e passaram a atuar também em parceria com os governos, tornando-se mais ativas e propositivas. Essas mudanças são exemplos da nova permeabilidade ou capilaridade do Estado em relação à sociedade civil desenvolvidas a partir de novos desenhos institucionais da administração pública, além do estímulo constitucional e das tecnologias desenvolvidas, como já citado. Atuando dentro do paradigma de rede e em parceria com outros atores sociais, essas organizações da sociedade civil passam a agir dentro dos marcos institucionais (Gohn, 2013), apropriando-se das TICs para promover suas diversas atividades e

ativismo. A rede mundial de computadores se torna uma importante ferramenta na sua estratégia de ação, assim como um espaço vital para a realização de suas demandas, criando condições para uma participação mais ativa dos cidadãos.

Dentro de um contexto de questionamento do papel do Estado (influenciado por políticas neoliberais e adoção de prática participativas) e o rápido crescimento do uso das TICs, condições que favorecem a maior atuação política dos grupos da sociedade civil, esse artigo apresenta uma análise comparativa de dois atores da sociedade civil, Instituto Pólis e Mobilize Brasil, que estão se apropriando das ferramentas digitais para promover suas ações, enfocando sua capacidade de influência na ação e participação política, principalmente, sobre o ciclo de desenvolvimento de Políticas Públicas.

O Instituto Pólis - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais é uma Organização-Não-Governamental (ONG) de atuação nacional, fundada em 1987, com participação em redes internacionais e locais, constituída como associação civil sem fins lucrativos, apartidária, pluralista e reconhecida como entidade de utilidade pública nos âmbitos municipal, estadual e federal, voltada para a atuação em políticas públicas que trabalham com os temas: inclusão e sustentabilidade, reforma urbana, democracia e participação e cidadania cultural (desenvolvimento cultural, as práticas de convivência e cultura de paz e a defesa da democratização da comunicação e das mídias livres).

O Mobilize Brasil é um portal da Associação Abaporu, organização sem fins lucrativos, qualificada como OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), fundada em 2003, que atua nas áreas de educação, cultura e cidadania, e que tem por objetivo contribuir para a melhoria da mobilidade urbana e da qualidade de vida nas cidades brasileiras através da geração de conteúdo sobre mobilidade urbana sustentável, promoção do debate sobre o tema, disseminação de uma cultura participativa e pressão sobre governos em prol de implementação de políticas efetivas de mobilidade urbana sustentável.

Para a realização do estudo comparativo, entre essas duas iniciativas, foi aplicado o Índice de eParticipação Política e Influência (IPPI) que procura identificar o grau de influência das organizações da sociedade civil, que utilizam a internet em suas ações, dentro do ciclo de políticas públicas. O IPPI, criado dentro de uma perspectiva interdisciplinar, a partir das teorias e estudos sobre e-participação, ciberativismo, comunicação política e políticas públicas, tem como objetivo identificar os diferentes níveis e possibilidades de influência das ações que envolvem, de alguma forma a internet no ciclo de políticas públicas (Araújo *et al*, 2013, Santos *et al*, 2013).

Para a classificação das organizações sociais, o IPPI utiliza diferentes categorias de análise, agrupadas em dimensões que avaliam o uso dos recursos da internet, os atores envolvidos, as parcerias com outras organizações ou mesmo com entidades públicas, o capital social das organizações, os tipos de eParticipação, plano estratégico de ação empregado, os desdobramentos das ações e sua relação com políticas públicas (identificação em qual etapa do ciclo consegue participar) e a repercussão nos meios de comunicação tradicionais.

Por meio do estudo do Instituto Pólis e do Portal Mobilize Brasil, o estudo visa contribuir de maneira empírica na avaliação dos efeitos que o uso das TICs exercem nas organizações sociais sobre o ciclo das políticas públicas, construindo uma metodologia confiável de pesquisa que permite analisar essa nova forma de ativismo sociopolítico, que atua dentro do paradigma de rede, com ações no mundo *online* e *offline*.

Internet, eParticipação, Sociedade Civil e Políticas Públicas: a construção do IPPI

Para discutir o Índice de eParticipação Política e Influência da sociedade civil no ciclo de políticas públicas, elaborou-se 6 dimensões de usos e recursos das TICs na tentativa de melhor

contribuir para o debate e entendimento do problema. As dimensões tratam dos *Usos e recursos da internet* (D1); *Atores e capital social* (D2); *eParticipação* (D3); *Estratégias de mobilização* (D4); *Desdobramento da ação e relação com PPs* (D5) e; *Repercussão na mídia tradicional* (D6).

O desenvolvimento dessas categorias procura analisar a capilaridade das relações entre sociedade civil e Estado por meio dos usos da internet tanto na mediação e articulação, quanto na repercussão das ações desenvolvidas pelos diferentes grupos. As categorias foram pensadas com o intuito de dar forma aos distintos níveis de participação política *online* e *off-line* e as diferentes estratégias adotadas pelos grupos com o intuito de influenciar de alguma forma o processo de desenvolvimento de políticas.

Dentro de um novo contexto marcado pelo desenvolvimento das TICs, caracterizado pela expansão da internet, Subirats (2011) indica que existe a necessidade de uma mudança na concepção de política e democracia, incorporando a cidadania de maneira direta, comunitária e autônoma. Na mesma perspectiva, Castells (2013b) também propõe novas concepções da ação e do fazer político a partir de redes independentes ao poder público institucional.

As TICs criam condições para a ampliação da participação civil dentro do processo político por meio dos canais de comunicação interativos e colaborativos. Nesse sentido, a primeira dimensão a ser considerada para a construção do Índice de Participação e Influência (IPPI) corresponde ao uso dos recursos da internet (D1). O uso dos diferentes dispositivos comunicacionais da web oferece espaços para o engajamento dos cidadãos e maior influência sobre o processo de tomada de decisão (mesmo que a decisão final ainda fique restrita ao governo), contribuindo para a formação de práticas de e-democracia, como o caso da reforma da constituição da Islândia por meio de técnicas de *crowdsourcing* (Freeman & Quirke, 2013).

A participação cidadão por meio do uso das TICs se insere em um amplo debate que envolve as transformações que o uso das novas tecnologias no campo político podem propiciar. Uma dessas transformações é a participação da sociedade civil dentro do processo de tomada de decisão governamental por meio do uso dos recursos digitais, a chamada eParticipação. Esse termo dentro da literatura da área possui diferentes definições, para esse estudo utilizamos a definição de Medaglia (2012), Macintosh (2004) e Tamborinus *et al* (2007) que a compreendem a partir do uso que diferentes instituições e cidadãos fazem das TICs para apoiar e dar suporte a tomada de decisão democrática, de forma a criar oportunidades para consulta e diálogo entre governantes e governados, a partir das diferentes ferramentas de comunicação digital.

O campo de estudo de práticas e iniciativas de e-participação mostra um grande dinamismo na agenda de pesquisa. Medaglia (2012), ao analisar as diferentes contribuições acadêmicas sobre o tema, indica que novos estudos devem mudar o foco de ações governamentais para as práticas desenvolvidas pelos cidadãos e *stakeholders*. A emergência da web 2.0 tornou os usuários mais ativos no uso dos recursos da internet, criando condições para que os cidadãos e a sociedade civil tenham um papel mais ativo nas atividades de e-participação pelo uso de dispositivos participativos, interativos e colaborativos. Desta forma, a sociedade civil tem maior capacidade de ter coordenação, comunicação, cooperação dentro do processo político, por meio de mecanismos que os habilitam a discutir e fazer parte do processo de tomada de decisão e possam contribuir e influenciar nos assuntos públicos e na agenda de políticas públicas, contribuindo para tornar os processos participativos mais democráticos.

Uma das dimensões chaves para a eParticipação é o uso da tecnologia de comunicação (Macintosh, 2004). O uso criativo das ferramentas existentes (como sites, blogs, redes sociais de internet, etc) são importantes meios de mobilização, divulgação de informações, debate, criação de fóruns de discussão e outras formas participativas que promovam o engajamento do cidadão de maneira que esse possa ter um papel mais ativo dentro das políticas institucionais e, mais especificamente, no ciclo das políticas públicas. O uso das ferramentas contribui para a criação de

canais de comunicação alternativos, pelos quais os movimentos sociais podem reproduzir seu próprio discurso e ampliar o repertório de mobilização e ação (*online e offline*) (Pereira, 2011). Essas ferramentas auxiliam no incremento da participação política contemporânea, que é uma das prerrogativas mais criticadas na crise de representatividade das democracias atuais. Dessa forma, os cidadãos podem ser incluídos no próprio *fazer democrático*.

Mais recentemente, a popularização das redes sociais de internet (RSI) transformam essas plataformas em importantes espaços para o debate político. As RSIs se caracterizam pelo papel ativo dos usuários na produção, transmissão e circulação de informações. Nesse sentido, algumas práticas de eParticipação vêm sendo desenvolvidas nesses ambientes. Taylor-Smith & Lindner (2010) destacam que as RSIs podem ser utilizadas para a discussão e formulação de políticas públicas, como o projeto HUWY (Hub Websites for Youth Participation), desenvolvido na Estônia, Irlanda, Alemanha e Reino Unido, apresentado no workshop “Social networking tools supporting constructive involvement throughout the policy-cycle”, durante a Conferência EDEM 2009 em Viena. Os casos apresentados no workshop ilustram como aplicar ferramentas de RSIs para aumentar a eficiência da participação cidadã no processo de produção de políticas públicas. Os exemplos trazem resultados de experiências com o uso do Facebook, blogs, Twitter e outras redes sociais para estimular a participação cidadã nos processos políticos (e-participação).

O emprego dos recursos da internet gera uma série de oportunidades para a ampliação da participação cidadã na vida pública. O uso desses dispositivos oferece condições para o desenvolvimento de diversos tipos de ação política *online* (webativismo): difusão de informações, articulação com outros grupos, mobilização, engajamento, construção e alimentação de fóruns de discussão, pressão sobre os agentes públicos, etc.

Outro fator importante na ação política da sociedade civil é a capacidade de mobilização de recursos (financeiros, materiais, políticos e humanos) de alguns grupos em prol de suas causas. Dessa forma, a segunda dimensão a ser considerada gira em torno da capacidade e qualidade das instituições reunirem atores e capital social (D2). Na atual configuração da sociedade contemporânea, caracterizada pela heterogeneidade social, a sociedade civil tende a se organizar em redes organizacionais de movimentos (com diferentes identidades, mas com atuação em conjunto), que pela formação de parcerias e alianças estratégicas conseguem ampliar seu poder de capitalização de recursos, possibilitando a transposição de fronteiras territoriais, articulação em diversos níveis de atuação e promovendo uma nova forma de ativismo (SCHERER-WAREN, 2006).

Nesse novo formato de atuação, os atores (sejam coletivos ou individuais) com maior capacidade de conexão de redes são importantes fontes de poder dentro da conjuntura da Sociedade em Rede (CASTELLS, 2013a). A habilidade na formação e conexão de redes com diferentes setores da sociedade é um elemento central dentro da prática política contemporânea. A ligação com grupos, indivíduos e instituições são fatores centrais para a promoção da cooperação, engajamento e criação de redes informais que permitem a acumulação de recursos políticos e financeiros (DIANI, 2003).

O conceito de capital social, por sua vez, possui diferentes leituras, mas pode-se compreender que este está relacionado aos recursos que um indivíduo ou grupo consegue mobilizar a partir de suas conexões sociais. O capital social pode ser acumulado e advém do investimento e dedicação do ator em suas relações sociais, possuindo assim uma dupla dimensão: investimento e benefícios (RECUERO, 2012).

A posse de capital social permite a formação de relações de confiança (e credibilidade) entre atores sociais dentro do espaço público, criando condições para a atuação coletiva em busca de benefícios mútuos (PUTNAM, 2006). Assim, os grupos ativistas da sociedade civil buscam investir em ações para acumular prestígio e confiança, para que possam dessas relações extrair recursos para

suas causas e ações.

As relações de cooperação (laços), desenvolvidas por meio de relações de confiança, são fatores essenciais no processo de recrutamento dos movimentos sociais, exercendo um importante papel de socialização ao criar oportunidades para o engajamento individual e reduzir o custo da participação (DIANI, 2003). A formação de redes de movimentos sociais ou outras formas de organização da sociedade civil também exercem a função de conexão estrutural entre os membros e participantes, ampliando sua capacidade de influência, pressão e mobilização, trabalhando em uma dupla dimensão: agência e estrutura (PASSY, 2003).

Outro elemento considerado para a construção do IPPI é a eParticipação (D3). As dimensões da eParticipação ainda são muito vagas existindo divergência nas categorias que estas englobam. Fato importante até aqui é que o engajamento na participação política tem procurado romper com o modelo *top-down* (governantes para cidadãos) existentes em grande parte das políticas públicas desenvolvidas. Esse modelo ignora ou diminui a participação política cidadã. Assim, observam-se modelos *botton-up* que emergem da sociedade civil e influenciam as políticas adotadas pelo Estado.

Gomes (2011) faz importante distinção entre ação e participação, ao refletir sobre participação política e internet. Para o autor a ação está mais ligada a um conjunto de atividades individuais como buscar informação, acompanhar e ler blogs e sites, entre outros exemplos. A participação, por sua vez, está diretamente ligada a um perfil ativo, como escrever em blogs e sites, fazer campanhas, assinar petições etc. A primeira pode fomentar a segunda, mas não se trata de participação em sentido estrito.

A eParticipação tem colaborado para a promoção de novos meios de partilhar responsabilidades entre governos e cidadãos, uma vez que abre espaços de interlocução entre estes dois entes, empoderando entidades e organizações sociais na intervenção e atuação da vida política. Por um lado, o uso das ferramentas das TICs possibilita o envolvimento da sociedade civil na busca de soluções para alguns dos problemas da sociedade (MEIJERT *et al.*, 2009). Por outro, auxilia no mecanismo de responsividade do Estado ao dar ouvido aos anseios cidadãos auxiliando em uma das prerrogativas atuais da democracia, ampliando seus traços qualitativos (RENNÓ *et al.*, 2011).

As organizações observadas nesta pesquisa, assim como muitas outras, utilizam o ciberespaço em suas ações políticas, que podem ser classificadas em seis categorias de análise, a saber: (i) eInformação; (ii) eConsulta; (iii) eMobilização; (iv) eEngajamento; (v) eDeliberação e; (vi) eEmpoderamento.

Segundo Araújo *et al* (2013a) e Tamboribus *et al* (2007) é possível definir essas categorias. Como eInformação compreende-se um canal de informação para os cidadãos a respeito do tema a que se refere uma ação. Vale a ressalva que os sites da internet são primordialmente canais de comunicação e publicização de ideias e valores. A eConsulta consiste em um canal de comunicação *online* para coletar do público desejos, respostas e alternativas para diferentes problemas. A eMobilização é interpretada como uma ação de estímulos e convocação em campanha de determinadas iniciativas e medidas na defesa de alguma ideia ou valor por parte de grupos sociais e políticos.

A categoria eEngajamento ocorre quando os cidadãos compreendem a importância de valores e ideias que acreditam ser significativas em seu envolvimento e defesa em relação a outras proposições discordantes. Ela difere da eMobilização por contar com uma participação mais ativa dos cidadãos. A eDeliberação implica o auxílio na resolução de um impasse ou problema no processo de tomada de decisão, ou ainda em um planejamento de uma ação política a partir da discussão e debate entre atores sociais que se interessam sobre o tema proposto. Por fim, o eEmpoderamento significa a transferência da influência, do controle, da proposição e da formulação de políticas (ou discussões públicas) para a população em geral ou mais especificamente para os cidadãos envolvidos nas discussões políticas.

O uso dos recursos da internet (D1), a presença de atores e capital social (D2) e as formas de participação (D3) apontam para a quarta dimensão adotada para a formação do IPPI: as estratégias de mobilização (D4). Os grupos da sociedade civil se valem de diferentes estratégias com o intuito de formar agendas capazes de contribuir de alguma forma para o desenvolvimento de políticas. A partir do uso das TICs as estratégias passaram a ser adotadas pelos grupos de acordo com os diferentes contextos e objetivos. Algumas dessas estratégias já foram testadas em distintas ocasiões e podem ser organizadas em grupos. A dimensão 4 procura identificar essas estratégias e pontuá-las de acordo com seu potencial de mobilização da sociedade. O potencial de mobilização foi hierarquizado a partir da análise de outras experiências em que essas estratégias já haviam sido adotadas, como apresenta Castells (2013b). As estratégias variam de ações simplesmente informativas a ações que congregam geração de conteúdo, mobilização e formação de lideranças.

A principal estratégia de mobilização utilizada pelos coletivos é a criação de eventos no Facebook e a convocação em cascata. Algumas instituições também procuram elaborar e disseminar conteúdos e promover sua circulação nas redes sociais. Outra estratégia identificada é a criação de eventos artísticos, culturais e educacionais, tais como seminários, debates e cursos de formação como meio criativo de mobilização e engajamento. Também ocorrem o uso de mensagens SMS; enquetes; cadastramento de usuários; envolvimento de pessoas públicas e; circulação de vídeos.

Merece destaque o fato de que algumas instituições reconhecem a necessidade de se manter atividades presenciais, tais como reuniões e grupos de debate, o que evidencia uma estratégia menos imediatista e com aspectos formativos. Também é possível identificar como estratégia a participação em órgãos governamentais, tais como os conselhos municipais, e a participação de editais para a obtenção de financiamentos públicos para, com isso, ser possível ampliar o alcance das ações.

Outro ponto fundamental identificado é o uso dos meios de comunicação tradicionais de maneira a ampliar a repercussão das ações. Essa estratégia merece destaque e, portanto, representa uma dimensão para a quantificação do IPPI (D6). A estratégia consiste na produção de conteúdos com o intuito de construir um capital social relevante capaz de servir de referência a jornalistas e, em alguns casos, para o próprio poder público. Com isso, determinada organização ou movimento acaba ocupando espaço na mídia tradicional, o que confere uma ampliação do alcance e da divulgação das ações. Outra estratégia adotada implica o envolvimento de atores sociais com capital simbólico, como intelectuais, artistas e esportistas, são envolvidos em ações específicas com o intuito de ampliar a audiência e a participação.

A quinta dimensão adotada para a constituição do IPPI procura avaliar quais as repercussões das ações junto ao poder público (D5). Essa dimensão representa a variação entre ações que servem de referência para planos de governos, que incorporam projetos e dados construídos pelas instituições da sociedade civil, até o concreto envolvimento dos cidadãos nas políticas. O uso das TICs tem ocorrido tanto por órgãos e instituições estatais, quanto pela sociedade civil organizada como estratégia de ampliação da esfera pública e da arena política, numa via de mão dupla (Subirats, 2011).

Algumas instituições possuem credibilidade suficiente para gerar conteúdos e formatar discursos que ganham espaço na web e nos meios de comunicação de massa. Outras instituições conseguem pautar a agenda do poder público preenchendo espaços de participação como conselhos municipais e consultas públicas. A presença de profissionais qualificados nessas ocasiões obriga os gestores públicos a incorporarem ideias e adotarem metas específicas em suas políticas.

O conhecimento do potencial de influência das ações adotadas por uma instituição pode significar um maior entendimento da relação entre governantes e governados no atual estágio de desenvolvimento da democracia (Araújo *et al*, 2013b). O empoderamento do cidadão corresponde a uma nova fase de um longo processo de amadurecimento, tal como afirma Subirats:

A proposta de uma outra democracia, a proposta de uma democracia do comum, aqui parcialmente exposta, mas presente em muitos lugares e experiências em todo o mundo, está ganhando terreno e está presente na crescente mobilização social em todo o mundo. Não há dúvidas de que continuaremos falando dela e, melhor ainda, que continuaremos a experienciá-la (2011, p. 103).

Vale notar que a importância das ações adotadas é ampliada na medida em que as estratégias usadas contemplam a incorporação de atores sociais ao ciclo de desenvolvimento de políticas. As instituições deixam de ser meramente consultivas e passam a figurar junto aos gestores, contribuindo diretamente para a implementação e avaliação das políticas. Essa situação é ainda pouco comum, mas é possível verificar a cada dia uma ampliação dessa tendência em determinadas instituições, o que pode representar uma mudança na qualidade dos processos democráticos.

Por fim, a última dimensão adotada para a constituição do IPPI consiste na repercussão das ações na mídia tradicional (D6). Essa dimensão merece destaque justamente pelo potencial mobilizador existente na esfera pública mediatizada pelos meios tradicionais de comunicação de massa. Assim, embora a análise esteja centrada nos processos políticos através das TICs, não se pode negar a importância dos *mass media* tradicionais, uma vez que ainda permanecem como ferramentas importantes e significativas das sociedades contemporâneas, principalmente no que diz respeito ao acesso às informações gerais e, especificamente, às informações políticas.

A pesquisa realizada pelo IBOPE para a realização do Índice de Confiança Social – 2013 revela que embora as taxas de confiança dos brasileiros venham caído nos últimos anos em vários aspectos institucionais, os meios de comunicação, em geral, ainda mantêm credibilidade perante os brasileiros. Nos números do IBOPE é possível observar que, em termos institucionais, os meios de comunicação ocupam o quarto lugar geral na confiabilidade brasileira, ficando atrás do Corpo de Bombeiros (1º lugar), Igrejas em geral (2º) e Forças Armadas (3º). Embora os números da confiança dos meios de comunicação estejam em declínio (de 71% em 2009 para 56% em 2013) ainda podem ser considerados altos em relação às outras instituições. Ademais a queda da confiança atinge todas as instituições averiguadas pelo instituto no mesmo período.

Essa crise das instituições brasileiras afeta a própria ideia de democracia no Brasil (MOISÉS 2010 e MOISÉS & MENEGUELLO 2013). Entretanto, por mais que a internet ocupe espaços cada vez mais amplos na sociabilidade, na ação e na participação política no Brasil atual, os meios de comunicação ainda gozam de prestígio e confiança.

Embora sejam notórios alguns casos em que a internet consegue pautar a agenda da mídia tradicional é inegável que quando estes fatos saem do mundo virtual para os meios de comunicação de massa tradicionais o seu alcance é mais abrangente. Na sexta dimensão, a pontuação estabelecida está relacionada ao aumento da visibilidade propiciada por determinado meios de comunicação, independentemente da credibilidade de cada órgão. Assim, jornais impressos e revistas de circulação regional têm menor impacto do que aqueles que tenham uma circulação nacional por exemplo. Da mesma forma, assuntos que repercutem na TV têm mais visibilidade que aqueles abordados por jornais ou mesmo revistas, por maior que seja a credibilidade destes últimos. Esse critério justifica-se pelo fato de que veículos com maior visibilidade possuem maior probabilidade de mobilizar a população em torno de uma causa e, por conseguinte, exercer uma influência maior junto ao poder público.

Descrição e mensuração das dimensões do IPPI

A mudança no perfil de atuação da sociedade civil, conforme indicada na introdução do texto, abre caminho para que as entidades civis tenham uma participação mais ativa na vida pública. Os mecanismos de comunicação, interativo e colaborativo, da internet criam condições para que esses grupos da sociedade civil desenvolvam novas atividades políticas, principalmente no exercício

de influência sobre políticas públicas setoriais. Com o objetivo de estudar essa prática, foi criado o Índice de eParticipação Política e Influência (IPPI), que visa avaliar como a sociedade civil, dentro de sua heterogeneidade, está usando os recursos da internet para promover a participação cidadã e conseguir influenciar o processo de desenvolvimento de políticas públicas em pelo menos alguma etapa do ciclo.

A avaliação da participação (eParticipação) e influência sobre políticas públicas envolve uma série de fatores complexos, que representam dificuldades metodológicas, evidenciando uma múltipla dimensionalidade que abarca conhecimentos teóricos de diferentes campos de conhecimento como Ciência Política, Políticas Públicas, Comunicação Política, Sociologia, Ciência da Informação e áreas de pesquisa como eParticipação, ciberativismo, movimentos sociais, etc.

Nesse sentido, o modelo de classificação construído é formado pelas seis dimensões citadas acima e detalhadas no quadro abaixo, que visam integrar esses diferentes referenciais teóricos e metodológicos em uma ferramenta de análise e avaliação prática que facilite o desenvolvimento de pesquisas sobre o tema. As seis dimensões procuram verificar o potencial de influência exercido por grupos da sociedade civil, por meio do ativismo digital e sua ingerência sobre o ciclo de políticas públicas, evidenciando um novo *modus operandi*.

O quadro abaixo com a descrição das dimensões de análise do IPPI também apresenta a forma de mensuração de cada uma delas, que varia de uma escala de 0 a 5, conforme detalhado abaixo:

Quadro 01: Dimensões do IPPI

Dimensões do Índice	Descrição	Mensuração
1. Uso dos recursos da internet	Identificação e avaliação dos dispositivos comunicacionais que o grupo/ coletivo utiliza em uma ação ativista	0 - quando não utiliza recursos da internet 1 - quando somente utiliza um site 2 - quando utiliza além do site, redes sociais, Youtube 3 - quando o site oferece ferramentas, apps e dispositivos para a mobilização e debate sobre temas correlacionados a PPs 4 - quando o site e redes sociais oferecem ferramentas, apps e dispositivos para a mobilização e debate sobre temas correlacionados a PPs 5 - quando os usuários podem participar da produção de propostas e ações do grupo ciberativista

2. Atores e capital social	Identificação e classificação dos atores envolvidos quanto ao seu capital social para a mobilização de recursos financeiros e mobilização de pessoas	<p>0 – quando os atores envolvidos não possuem ligações com outros grupos ou instituições</p> <p>1- quando os atores envolvidos pertencem a uma rede de movimentos sociais locais/ regionais</p> <p>2- quando os atores envolvidos pertencem a uma rede de movimentos sociais nacionais</p> <p>3 - quando os atores envolvidos pertencem a uma rede de movimentos sociais internacionais</p> <p>4 - quando os atores envolvidos pertencem a uma rede de movimentos sociais e possuem vínculos com instituições públicas</p> <p>5 - quando os atores envolvidos pertencem a uma rede de movimentos sociais, possuem vínculos com instituições públicas e atuam dentro dos mecanismos de representação política</p>
3. eParticipação	Identificação e classificação das formas de eParticipação webativismo (com base nas categorias desenvolvidas por Tamborius <i>et al</i> , 2007 e Araújo <i>et al</i> , 2013)	<p>0 – eInformação: quando há apenas informação para cidadãos</p> <p>1 – eConsulta: quando possibilita o recolhimento de informações do público em geral</p> <p>2 – eMobilização: quando a ação de estímulo e convocação na defesa de valores e ideias</p> <p>3 – eEngajamento: quando além das características acima, os cidadão defendem suas ideias e valores em detrimento de outras</p> <p>4 – eDeliberação: quando auxilia na resolução de impasses, tomadas de decisão a partir de discussão e debate entre atores políticos</p> <p>5 – eEmpoderamento: quando há transferência de influência, controle, proposição e formulação de políticas a partir dos desejos e anseios cidadãos</p>

<p>4. Estratégias de mobilização</p>	<p>Identificação e avaliação das estratégias de uso dos recursos do ciberespaço para a mobilização de recursos</p>	<p>0 – quando as ações são meramente informativas, sem interatividade, apenas pela página da instituição e não procuram encorajar o engajamento da sociedade na causa em questão.</p> <p>1 – quando as ações utilizam ferramentas básicas de comunicação como envio de e-mails e encorajam a mobilização apenas através de informações publicadas em sua página</p> <p>2 – quando ocorre a criação de eventos no facebook e outras formas de interação e mobilização nas redes sociais</p> <p>3 – quando ocorre a promoção da mobilização através de convocação em cascata e uso de torpedos, além das redes sociais</p> <p>4 – quando a mobilização ocorre através de uma somatória de estratégias que envolvem o uso das TICs e ocorre o uso dos meios de comunicação de massa para ampliação da mobilização</p> <p>5 – quando ocorrem ações de mobilização com utilização das ferramentas tecnológicas e utilização dos meios de comunicação de massa, além do desenvolvimento de ações offline de conscientização e promoção do engajamento social</p>
--------------------------------------	--	--

<p>5. Desdobramento da ação e relação com PPs</p>	<p>Verificar se após a realização de uma ação ou mobilização houve um desdobramento político: proposta de uma política pública, influência na formação da agenda, etc.</p>	<p>0 – quando as ações não são consideradas pelo poder público</p> <p>1 – quanto as ações são incorporadas a discursos, mas não são incluídas a projetos e a programas de governo</p> <p>2 – quando as ações são incorporadas a projetos novos ou influenciam a revisão e avaliação de agendas do governo</p> <p>3 – quando as ações são determinantes para a formação da agenda de governo e influenciam novos projetos e planos de metas para a gestão</p> <p>4 – quando as ações implicam a elaboração própria de políticas que são incorporadas pelos governos. O governo mantém para si a tarefa de implementação e avaliação.</p> <p>5 – quando as ações implicam a elaboração de diretrizes e projetos por parte da sociedade civil que são incorporadas pelo governo. O Estado permite o envolvimento da sociedade civil também na implementação e avaliação do projeto.</p>
<p>6. Repercussão na mídia</p>	<p>Identificar se a ação ou mobilização teve repercussão nas mídias tradicionais e dentro do ciberespaço</p>	<p>0 - quando não há repercussão na mídia tradicional</p> <p>1 - quando ocorrem referências indiretas da ação em jornais e/ou revistas impressas de bairro e/ou de circulação local</p> <p>2 - quando ocorrem referências diretas à ação em jornais e/ou revistas impressas de bairro e/ou de circulação local</p> <p>3 - quando ocorrem referências indiretas à ação em meios de comunicação eletrônicos tradicionais (rádio e tv) com ou sem referências a periódicos impressos</p> <p>4 - quando ocorrem referência direta à ação em meios de comunicação eletrônicos tradicionais (rádio e tv) com ou sem referências a periódicos impressos</p> <p>5 - quando as ações são noticiadas e/ou comentadas de forma direta por meios eletrônicos e impressos com enquadramento propositivo, chamando a atenção do poder público</p>

Fonte: elaboração dos autores

Aplicação do IPPI no Instituto Pólis e Portal Mobilize

Com base nas dimensões do IPPI detalhadas no quadro 1, foram avaliadas as características

do Instituto Pólis e do Portal Mobilize. As duas instituições foram analisadas de acordo com os critérios estipulados e uma pontuação foi atribuída com o intuito de construir o IPPI de cada uma delas e ser possível obter um parâmetro de comparação.

Quanto à Dimensão 1 (uso dos recursos da internet), o Instituto Pólis obteve nota 2 pois tanto o site como o *Facebook* são utilizados basicamente para a divulgação de informações. Embora algumas delas sejam preparadas a partir de material audiovisual, como alguns vídeos utilizados para informação e debate de ideias sobre os usos públicos da cidade. No momento da análise foi possível ver dois vídeos sobre reciclagem e lixo e sobre direito à cidade. Entretanto o site do instituto não permite debates *online* sobre os problemas que procura incentivar na discussão. Também é possível receber uma *newsletter* mediante cadastro realizado no próprio site. Assim, dentro desta dimensão o que se percebe é a convergência midiática por parte do site, ao utilizar programas audiovisuais para divulgação de seus projetos, embora não aprofunde os mecanismos de interatividade e horizontalidade das TICs.

O site Mobilize possui mais ferramentas para os usuários se comparado com o Instituto Pólis. Há notícias, agenda de divulgação de eventos, vídeos, links para blogs de colaboradores além da informação de dados estatísticos feitos em parceria com outras entidades. Por exemplo, há a divulgação de dados estatísticos sobre trânsito, sistemas de transportes, km de estradas, modais *etc* além da avaliação de calçadas e sinalização de trânsito comparando cidades brasileiras entre si e estas com outras cidades do mundo. No site também há espaço para interação entre cidadãos, ONGs, empresas e governos, para que possam expor ideias, projetos e ações, compartilhando situações e entendimento das questões que cercam a mobilidade urbana. Devido a estes espaços maiores de interação, o site recebeu nota 3.

No quesito da dimensão 2 (atores e capital social), o Instituto Pólis pode ser definido como uma ONG de atuação nacional, com participação em redes locais, regionais e até mesmo internacionais. Atua diretamente dentro do campo de políticas públicas voltadas para construção de cidades mais justas, sustentáveis e democráticas. Tem experiência de 25 anos de atuação na discussão e análise de políticas urbanas, além de atuar na formação e mobilização da sociedade civil. O Instituto Pólis desenvolve projetos de estudos, formação e assessorias em políticas sociais em colaboração com outros atores sociais, redes, fóruns que protagonizam a ideia de produção de cidades com maior preocupação com o espaço e bens públicos. Também presta assessoria de orientação no trabalho de dirigentes e técnicos que operam políticas locais, além de lideranças comunitárias e entidades da sociedade civil que são mobilizadas para influenciar e participar dos processos decisórios de gestão pública e urbana. Recebeu a nota 5.

O site Mobilize é resultado de uma iniciativa da Associação ABAPORU, enquadrada na figura jurídica como OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) para atuar nas áreas de educação, cultura e cidadania que tem se envolvido em discussão sobre mobilidade urbana sustentável. Contém diversos parceiros institucionais como bancos, empresas de geração de conteúdo e pesquisa, outras ONGs nacionais e também internacionais. Divulga experiências e pesquisas elaboradas por suas “parceiras”. Recebeu a nota 3.

No quesito da eParticipação (D3), o Instituto Pólis tem atuado em defesa da ampliação da participação democrática. Inclusive, no momento, realiza campanha contra o projeto do Congresso Nacional que pretende anular o Decreto Presidencial nº 8.243/2012 que criou a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS). Também realizam campanha para a reforma política defendendo maior espaço para a participação cidadã. Recebeu nota 5.

O Portal Mobilize conta com a ajuda de diversos colaboradores, por exemplo, os pertencentes às cidades em que faz a campanha *Sinalize*, que procura mostrar a importância da sinalização de trânsito e seu respeito a estas regras (inclusive para pedestres) nas cidades brasileiras.

Neste exemplo (<http://www.mobilize.org.br/campanhas/sinalize/>) os cidadãos podem exibir reportagens, fotos para cobrar atitudes e política das autoridades públicas, reforçando os mecanismos de eParticipação de empoderamento cidadão. Recebeu nota 5.

As estratégias de mobilização (D4) do Instituto Pólis recebeu nota 5. Atuam em diferentes projetos nas áreas de reforma urbana, democracia e participação, inclusão e sustentabilidade e cidadania cultural. Utiliza as redes sociais para divulgar seus projetos e incentivar a participação.

Além disso, possui o Canal Pólis no site em que divulga vídeos documentários e o canal polisdigital no youtube. Envia boletim por e-mail e mantém ativas diferentes ações presenciais. Tem como característica, uma grande credibilidade junto aos órgãos públicos, sendo uma instituição de referência nas áreas que se propõe atuar. O Pólis desenvolve projetos presenciais e trabalha com especialistas qualificados em ações voltadas para a formação e acompanhamento de políticas públicas. A estratégia de mobilização pauta-se, portanto, na credibilidade construída junto aos gestores públicos e sociedade civil, o que permite ao Pólis ocupar espaços na mídia tradicional como referência nas áreas em que atua. Cursos de formação e atividades culturais também figuram como estratégias, evidenciando que o Pólis preocupa-se com ações *offline* como forma de engajamento social.

O Mobilize possui um portal bastante interativo e centra suas estratégias de mobilização nas tecnologias de comunicação e informação. Por manter seu foco de atuação concentrado na área de mobilidade urbana, consegue ser referência nesta área. Com isso, ocupa alguns espaços em jornais, rádios e telejornais (desenvolveremos mais adiante). O portal concentra informações de diferentes partes do país e divulga cursos e palestras de outras instituições que também trabalham com a mesma temática. O Mobilize possui canais de comunicação e divulgação nas redes sociais e newsletter. Recebeu nota 4.

A dimensão 5 (D5) procura abarcar as ações e a sua relação com as Políticas Públicas. Nessa abordagem, o Pólis concentra expertise na área de desenvolvimento urbano e conta com a colaboração de profissionais respeitados. Por conta disso, participa diretamente do processo de desenvolvimento de políticas públicas e ocupa espaços em conselhos de participação social e político. Embora o governo ainda guarde para si os processos de implementação e avaliação, o Pólis, muitas vezes, exerce pressão por acompanhar as ações e divulgá-las em seus espaços na mídia e redes sociais. Obteve nota 4.

O Mobilize não possui profissionais especializados como o Pólis, portanto não desenvolve propostas de políticas públicas em âmbito institucionais oficiais. No entanto, por concentrar sua atuação na área de mobilidade, desenvolve campanhas que exercem pressão perante o poder público, como é o caso da campanha “calçadas do Brasil”, preocupadas com as condições para a mobilidade de pedestres nas cidades. A partir desta campanha, os gestores públicos passaram a anunciar projetos de qualificação de suas calçadas. Obteve nota 3.

A dimensão 6 (D6) trata da repercussão que os institutos observados tiveram na mídia tradicional. O instituto Pólis como já abordado, por sua tradição, expertise, estudos e publicações acaba por avançar na mídia tradicional. É um dos fundadores e editores da revista *Le Monde Diplomatique* no Brasil. Possui ainda um canal editoria que publica estudos acadêmicos e científicos sobre os temas desenvolvidos pelo Pólis. Além disso, alguns estudos reverberam em reportagens feitas pela mídia tradicional. Obteve nota 5.

O site Mobilize possui programas na rádio CBN em São Paulo e Curitiba, que tratam da campanha de sinalização de trânsito no Brasil. Recentemente, no dia 13 de agosto de 2014, o telejornal *Bom dia Brasil*, da *TV Globo*, fez uma reportagem sobre o estado das sinalizações de trânsito em algumas capitais no Brasil. Essa reportagem estava ancorada e citava nominalmente o Mobilize, revelando uma grande repercussão para o site que teve sua ideia reproduzida na principal emissora de TV brasileira, numa reportagem longa para o padrão televisivo com quase 8 minutos.

Obteve nota 5.

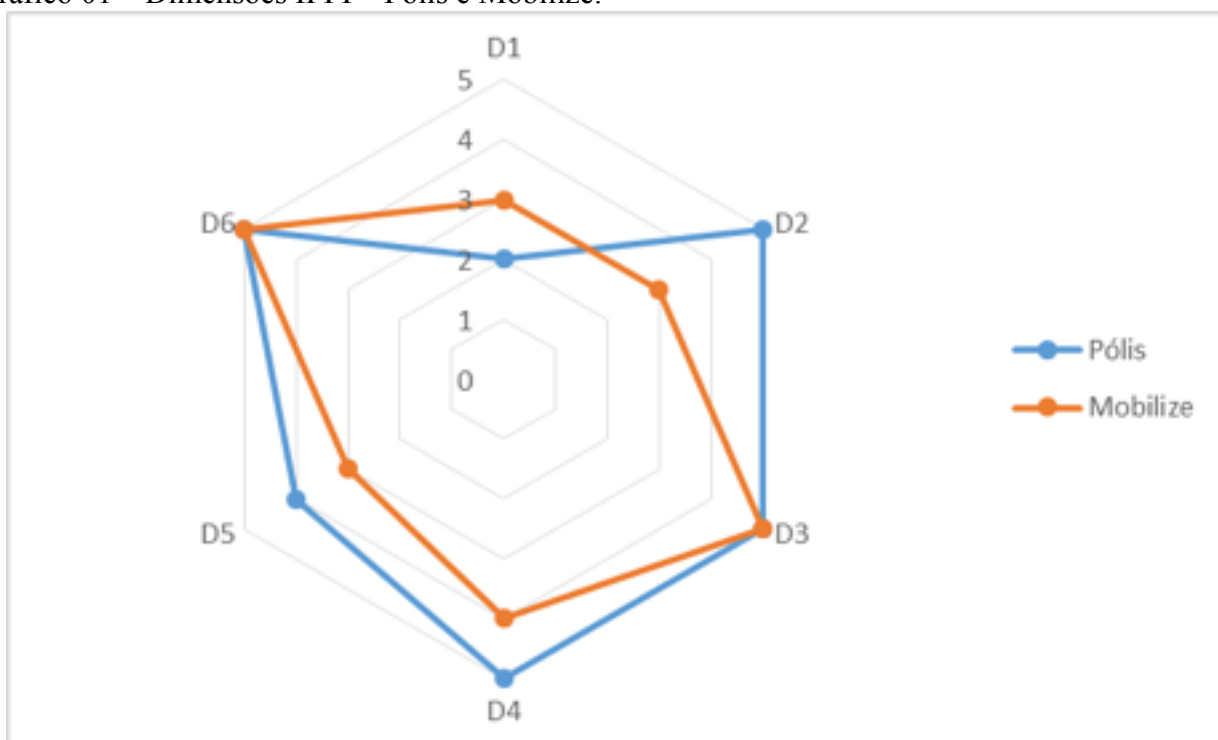
Abaixo, o quadro 2, sistematiza as notas atribuídas a cada uma das 6 dimensões para as duas instituições avaliadas:

Quadro 02 – Dimensões IPPI – Pólis e Mobilize

	Pólis	Mobilize
D1	2	3
D2	5	3
D3	5	5
D4	5	4
D5	4	3
D6	5	5
Média	4,33	3,83

Fonte: elaboração própria

Gráfico 01 – Dimensões IPPI – Pólis e Mobilize.



Fonte: elaboração própria

Análise dos resultados e considerações finais

As duas organizações escolhidas para a análise no presente estudo são importantes e significativas das relações existentes entre sociedade civil e Estado na atualidade. Ambas atuam dentro do ambiente *online* e *offline* para organizar demandas e interagirem com o poder público, em suas diferentes formas.

O uso dos recursos da internet talvez seja o aspecto menos visível deste trabalho porque

fomentam a ação, no sentido de obtenção de informação e conhecimento das possibilidades de atuação da sociedade civil em relação ao poder público instituído. Entretanto, as discussões e debates sobre políticas públicas não ocorrem necessariamente em seus sites ou no universo das TICs. Nesse sentido, a participação política pela internet ainda está longe de ser efetivada. Na dimensão 2, ambos os sites envolvem atores e relações sociais que se constituem não só no universo das TICs, mas que antes disso já eram relevantes para o universo real da política e da sociedade, principalmente o Instituto Pólis que conta em seus quadros com diversos expertises do mundo acadêmico. Assim, boa parte deste capital social foi construído fora da internet, mas em momento anterior.

A dimensão da eParticipação (D3) procura fomentar a ideia de empoderamento cidadão pois consegue transferir influência, proposições e formulação de políticas que são oriundos dos desejos e anseios cidadãos. Não fomentam uma eDeliberação mas isto se deve mais aos entraves do desenho democrático brasileiro, que não permite o desenvolvimento desse modelo de participação cidadã, do que pela ausência de propostas por estes institutos. A mobilização de ambos os grupos, via TICs é significativa pois angariam presença em fóruns de discussão, conselhos políticos e acabam por influenciar gestores públicos. O Pólis, como dito anteriormente, também conta com cursos de formação e publicações, que procuram fundamentar teoricamente a participação democrática além de incentivarem campanhas sobre diferentes questões políticas.

Por conta dessas características, o Pólis consegue exercer uma influência significativa junto ao poder público. Seus profissionais são muitas vezes envolvidos em algum momento do processo de desenvolvimento de políticas. O Portal Mobilize, embora não tenha a tradição e perenidade junto aos órgãos públicos como o Instituto Pólis, soube centrar suas ações em um tema, o que lhe permitiu focar no desenvolvimento de conteúdos e construir uma respeitabilidade na área de mobilidade.

Durante a realização da pesquisa, foram observados vários desdobramentos de ações realizadas pelo Instituto Pólis ou pelo Mobilize que ganharam repercussão na chamada mídia tradicional. Sem dúvida, isso reforça a ideia de expertise desses grupos na esfera pública, principalmente nos temas em que eles mais atuam. A parceria que o Mobilize estabelece com rádios (CBN), por exemplo, ajuda na maior visibilidade e publicização de suas ideias e valores. As publicações do Instituto Pólis também acabam por gerar conhecimento e reconhecimento acadêmico, corroborando uma outra forma de participação social.

As mudanças provocadas pelas TICs e, no caso brasileiro, também pela CF88, criam mais canais de participação social na vida política. O empoderamento cidadão e os novos canais de discussão que emergem da sociedade civil fazem com que o Estado sofra pressão em atender as vozes de sua população e procurar respostas e ações em diálogo com a sociedade, não mais de maneira impositiva mas sim, dialogada.

No Brasil, o próprio Estado tem incorporado essas ferramentas na tentativa de ampliar espaços de participação cidadã, aumentando sua responsividade em relação aos anseios da população. Exemplo antigo é o portal e-democracia ligado à Câmara dos Deputados (<http://edemocracia.camara.gov.br/>). Mais recentemente, o Executivo Federal, desenvolveu um portal (<http://www.participa.br/>) que pretende aprofundar o diálogo direto com os cidadãos. Também criou o Decreto nº 8.243 que cria a Política Nacional de Participação Social. Esses exemplos ajudam a corroborar a ideia das TICs como ferramentas cada vez mais utilizadas nas práticas políticas seja por parte do Estado ou mesmo da sociedade civil.

Referências bibliográficas:

ARAÚJO, Rafael. A. de P.; SANTOS, Marcelo. B.; PENTEADO, Claudio. L. "Mobilização social e sociedade civil em São Paulo: construção do índice de participação política." Artigo apresentado ao Grupo de Trabalho de Comunicação e sociedade civil no V Congresso da Compólitica, Curitiba/PR. Vol. 8. 2013a.

ARAÚJO, Rafael. A. de P.; PENTEADO, Claudio. L.; SANTOS, Marcelo. B. "Democracia digital e experiências de eParticipação: construção do Índice de Participação Política e Influência no ciclo de Políticas Públicas. Artigo apresentado no 37º Encontro anual da ANPOCS, 2013b.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Sociedade civil: sua democratização para a reforma do Estado. Sociedade e estado em transformação. São Paulo: UNESP/ENAP, 1999.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede, vol. 1. Editora Paz e Terra, 1999.

_____. Communication power. Oxford University Press, 2013a.

_____. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Jorge Zahar Editor Ltda, 2013b.

DIANI, Mario. Social Movements, Contentious Actions and Social Networks: "From Metaphor to Substance"? In DIANI, M. & McADAM, D. (orgs.) *Social Movements and Networks: relational approaches to collective action*. New York: Oxford University Press, 2003.

FREEMAN, Julie; QUIRKE, Sharna. Is E-Democracy a Myth?. In: Conference for E-Democracy and Open Government. 2013. p. 31.

GOMES, Wilson. *Participação política online: questões e hipóteses*. In: MAIA, Rousiley; GOMES, Wilson; Marques, Jamil. Internet e Participação Política no Brasil. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.

HARO BARBA, Carmen; SAMPEDRO BLANCO, Víctor. Activismo político en Red: del Movimiento por la Vivienda Digna al 15M. **Teknokultura. Revista de Cultura Digital y Movimientos Sociales**, v. 8, n. 2, p. 157-175, 2011.

MACINTOSCH, Ann. Characterizing e-participation in policy-making. Proceedings of the 37th Annual Hawaii International Conference on System Sciences, 2004 (pp. 117–126).

MAIA, Rousiley. *Internet e esfera civil: limites e alcances da participação política*. In: MAIA, Rousiley; GOMES, Wilson; Marques, Jamil. Internet e Participação Política no Brasil. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.

MAIA, Rousiley; GOMES, Wilson; Marques, Jamil. Internet e Participação Política no Brasil. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.

MEDAGLIA, Rony. eParticipation research: Moving characterization forward (2006–2011). *Government Information Quarterly*, v. 29, n. 3, p. 346-360, 2012.

MEIJER, A.; BURGER, N.; EBBERS, W. Citizens4Citizens: Mapping Participatory Practices on

the Internet. In: *Electronic Journal of e-Government*, vol. 7, nº 1, pp. 99-112. (precisamos colocar os nomes completos para seguir o padrão adotado).

MOISÉS, José Álvaro. *Democracia e Confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* São Paulo: EDUSP, 2010.

MOISÉS, José Álvaro & MENGUELLO, Rachel. *A desconfiança política e os seus impactos da Qualidade da Democracia*. São Paulo: EDUSP, 2013.

PARRA, H. Z. Jornadas de Junho: uma sociologia dos rastros para multiplicar a resistência. *dossiê: O papel da Teoria Marxista da Dependência no Pensamento Social Latino-Americano*, Revista Pensata, v.3, N. 1, 2013.

PASSY, Florence. Social Networks Matter. But How? In DIANI, M. & McADAM, D. (orgs.) *Social Movements and Networks: relational approaches to collective action*. New York: Oxford University Press, 2003.

PENNEY, Joel; DADAS, Caroline. (Re) Tweeting in the service of protest: Digital composition and circulation in the Occupy Wall Street movement. *New Media & Society*, v. 16, n. 1, p. 74-90, 2014.

PERREIRA, Marcus A. Internet e mobilização política: os movimentos sociais na era digital. Anais do IV Encontro da Compolítica, Rio de Janeiro, abril de 2011.

PUTNAM, Robert. D. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. 5 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

RECUERO, Raquel. O Capital Social em Rede: Como as redes sociais na Internet estão gerando novas formas de capital social. *Contemporânea - Revista de Comunicação e Cultura*, 2012, 10.3: 597-617.

RENNÓ, Lúcio; SMITH, Amy E.; LAYTON, Matthew L.; PEREIRA, Frederico B. *Legitimidade e qualidade da democracia no Brasil: uma visão da cidadania*. São Paulo: Intermeio; Nashville: LAPOP, 2011.

SANTOS, Marcelo. B.; PENTEADO, Claudio. L.; ARAÚJO, Rafael. A. de P. “Sociedade Civil y participación ciudadana en São Paulo. Artigo apresentado no VII Congresso Latinoamericano de Ciencia Política. Bogotá, Colômbia, 2013. Disponível em: <http://alacip2013.uniandes.edu.co/index.php?ini=files>

SCHERER-WAREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, 2006.

SEGURADO, Rose. *Multitude and webactivism in the city of São Paulo*. Paper apresentado no 23º Congresso Internacional da IPSA, Québec, Canadá, 2014. Disponível em: <<http://www.ipsa.org/my-ipsa/events/montreal2014/paper/multitude-and-webativism-city-são-paulo>>. Acesso em: 15/08/2014.

SUBIRATS, Joan. *¿Otra sociedade, Otra política? – De “no nos representan” a la democracia*

común. Icara Editorial: Barcelona, 2011.

TAMBOURIUS, E., MACINTOSH, A. COLEMAN, S.; et al. (2007), Introducing eParticipation: DEMO_net Consortium. IST Network of Excellence Project. Disponível em: http://www.ifib.de/publikationsdateien/Introducing_eParticipation_DEMOnet_booklet_1.pdf. Acesso em: 10/02/2012.

TAYLOR-SMITH, Ella; LINDNER, Ralf. Social networking tools supporting constructive involvement throughout the policy-cycle. In: Proceedings of 2010 4th International Conference on Electronic Democracy, Centre for E-Government. 2010.

WILSON, C. & DUNN, A. Digital Media in the Egyptian Revolution: Descriptive Analysis from the Tahrir Data Sets. International Journal of Communication, n. 5, 2011.